

REGIÃO METROPOLITANA

SALVADOR

salvador@grupatarde.com.br

JÚRI Homem que causou morte de filhos em incêndio pega 112 anos

www.atarde.com.br

Fotos: Raul Spinasse / Ag. A TARDE

Jailson chega a se arriscar entre veículos no trajeto entre casa e trabalho



NÁGILA SANTANA
A TARDE SP

Jailson Carvalho, presidente da Associação Municipal e Metropolitana de Apoio aos Deficientes Físicos (Ampdef) aprendeu desde cedo a lidar com a deficiência. Aos 3 anos uma paralisia o deixou a mercê da cadeira de rodas, ocasionando uma série de dificuldades na vida, acentuadas com a perda da mãe.

Desde então, o funcionário público conta com a ajuda de amigos e da esposa para conseguir se locomover. Essa luta é iniciada desde a casa, onde o mesmo enfrenta problemas para se deslocar, por morar em uma ladeira, na Lagoa da Paixão, subúrbio da capital. "Só con-

DESRESPEITO A TARDE mostra a rotina do presidente da Associação Municipal e Metropolitana de Apoio aos Deficientes Físicos (Ampdef), Jailson Carvalho

Transtornos diários marcam vida de cadeirante na capital

sigo sair da minha casa se tiver alguém para me ajudar a descer", conta ele.

Após essa primeira barreira, a ida ao ponto de ônibus se torna cada dia mais perigosa, onde disputa espaço com veículos, além da dificuldade em conseguir manobrar a cadeira, por conta dos buracos na pista.

"Este esforço repetitivo acaba gerando fortes dores nas costas"

JAILSON CARVALHO, cadeirante

"Todo este esforço repetitivo acaba gerando fortes dores nas costas", lamenta.

Estes problemas estão presentes no cotidiano das pessoas com deficiência, com calçadas em péssimas condições e com obstáculos. Muitas vezes os deficientes físicos acabam tendo que se deslocar pela pista, por con-

ta da falta de rampas de acesso e dos vendedores ambulantes, que acabam tomando conta dos passeios.

Além disso, Jailson relata não conseguir acesso a alguns supermercados, prédios públicos e privados, farmácias, em diversos bairros de Salvador, relatando que a Secretaria de Desenvolvi-

mento Urbano (Sedur) libera os alvarás de funcionamento para estabelecimentos que não possuem acessibilidade para os deficientes, mesmo tratando-se de ser uma obrigatoriedade descrita por lei.

"Em alguns prédios até há rampas, porém não são adequadas, sem contar que tem desnível no asfalto, o que dificulta o cadeirante na questão do deslocamento, principalmente quando está sozinho", aponta o presidente da Ampdef.

"Sempre tem que ter alguém para ajudar a empurrar a cadeira, se não tem ajuda, não existe acessibilidade. Além de rampas mal planejadas, ainda tem lugares que contam com escadas", lamenta.

Secretaria municipal informa que faz fiscalização

Por meio de nota, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (Sedur) informa que desde o ano 2000, quando foi sancionada a Lei Federal 10.090/2000 (Lei de Acessibilidade), a pasta realiza todo licenciamento atendendo às exigências da legislação e das normas técnicas vigentes de acessibilidade.

O órgão esclarece que a fiscalização inclui novos empreendimentos, ampliações e reformas de todos os empreendimentos da capital baiana.

"A equipe da Sedur realiza fiscalizações constantes para verificar o cumprimento da regra", respondeu em nota a assessoria do órgão.

Vagas especiais

Outra reclamação do presidente da Associação Municipal e Metropolitana de Apoio aos Deficientes Físicos (Ampdef), Jailson Carvalho, é com relação à ocupação das vagas de veículos destinados aos deficientes.

"Infelizmente, essas vagas são ocupadas por pessoas sem nenhuma dificuldade de locomoção. Falta um pouco mais de conscientização por parte de algumas pessoas. As vezes até não estacionam na vaga, mas colocam o carro colado na vaga, que não dá nem para o cadeirante sair ou entrar no veículo", ele aponta.

"É preciso que olhem o mundo em volta para perceber que tem outros que necessitam daquele espaço", apela.



O cadeirante só consegue sair de casa com auxílio



Área ao lado da pista: falta de estrutura e obstáculos



Elevador quebrado: rodoviários carregam o deficiente



E mais dificuldade para ter acesso a uma farmácia

Faltam elevadores em ônibus e muitos não funcionam

Em dezembro de 2004, a Lei de Acessibilidade (Decreto 5.296/04) estabeleceu normas gerais e critérios básicos no País para melhorar a acessibilidade.

A legislação é bastante ampla e abrangente, e tem incentivado as cidades a se tornarem mais acessíveis. Por exemplo: a lei requer que todos os ônibus adquiridos para o serviço público depois de 2004 sejam adaptados para deficientes. Porém, a realidade é bem diferente.

Dentre os pontos cobrados à prefeitura pelos deficientes, a questão da fiscalização e manutenção dos elevadores nos coletivos é uma das principais dificuldades enfrentadas pelos cadeirantes, que perdem compromissos por não conseguirem coletivos equipados e, quando conseguem, muitos estão quebrados, sendo preciso a ajuda de pessoas para entrar nos ônibus.

O secretário de Mobilidade, Fábio Mota, diz que os ônibus passam por duas vitórias no ano para verificação das condições dos veículos.

Intermunicipais

Segundo o presidente da Ampdef, Jailson Carvalho, os ônibus intermunicipais não possuem rampas, mesmo tendo a marca dos deficientes estampadas.

O cadeirante alega "falta de condição humana" para enfrentar viagens de ônibus entre cidades.